

NAYARA ALARCÃO ORNELAS DURÃES

VIOLÊNCIA CONTRA VÍTIMAS DO SEXO FEMININO UMA ANÁLISE DOS DADOS DE VIGILÂNCIA NO DISTRITO FEDERAL EM 2011

NAYARA ALARCÃO ORNELAS DURÃES

VIOLÊNCIA CONTRA VÍTIMAS DO SEXO FEMININO UMA ANÁLISE DOS DADOS DE VIGILÂNCIA NO DISTRITO FEDERAL EM 2011

Trabalho de Conclusão de Curso, conforme exigência curricular do curso de Gestão em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Margarita Urdaneta Gutierrez.

NAYARA ALARCÃO ORNELAS DURÃES

VIOLÊNCIA CONTRA VÍTIMAS DO SEXO FEMININO UMA ANÁLISE DOS DADOS DE VIGILÂNCIA NO DISTRITO FEDERAL EM 2011

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade de Brasília para conclusão do Curso de Gestão em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Margarita Urdaneta Gutierrez.

Brasília, 2014 BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof ^a . Dr ^a Maria Margarita Urdaneta Gutierrez
Prof. Examinador: Dais Gonçalves Rocha
•
Prof. Examinador: Francisca Sueli da Silva Lima

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e saúde;

Aos meus pais, pela dedicação, amor e apoio durante toda minha vida;

A Universidade de Brasília, representada pelo Departamento de Saúde Coletiva, pela oportunidade de cursar a graduação com apoio e incentivo do corpo docente e da instituição.

A orientadora, Prof^a Dr^a Margarita Urdaneta Gutierrez, pelos ensinamentos, confiança e dedicação em todo o trabalho realizado ao longo da graduação.

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, especialmente ao Núcleo de Estudos e Programa para Acidentes e Violências (NEPAV), representado por Lucy Mary Cavalcanti Stroher e Denise de Freitas Marreco. Sem a parceria e oportunidade de trabalho, esse estudo não seria realizado.

Ao Vinícius, pelo companheirismo, apoio e amor durante a nossa caminhada.

RESUMO

Episódios de violência assombram a humanidade desde o início dos tempos. A violência pode ser conceituada como um ato falho ou defeito humano e é característica do ser humano e das sociedades. Na violência de gênero, encontra-se o emprego da força física, da submissão e da opressão, resultando em danos à saúde física e mental pela violação da dignidade humana em sua integridade. A violência contra a mulher apresenta dados alarmantes em todo o mundo. No Brasil, o Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes - VIVA auxilia na investigação de violência contra a mulher, implementado pelo Ministério da Saúde em 2006. Este estudo se propõe a descrever as características das vítimas do sexo feminino de violência doméstica, sexual e/ou outras violências e as circunstâncias de ocorrências notificadas no VIVA componente contínuo, no Distrito Federal no ano de 2011. Trata-se de estudo epidemiológico descritivo, tipo serie de casos de violências notificados no VIVA - SINAN. Foram explorados os campos da ficha de notificação e analisadas as variáveis direcionadas à caracterização dessa violência, calculando frequências absolutas e relativas. Os resultados obtidos revelam que as mulheres representam 63% do total das vítimas de um total de 1.793 casos notificados. Sendo a violência física (54,6%) a mais praticada. Em seguida a violência sexual (38,4%), psicológica/moral (29,2%) e negligência/abandono (13,8%). A grande maioria das violências aconteceu na residência da vítima (46,3%). Em geral o autor dessa agressão é do sexo masculino (56,5%) e do âmbito domiciliar (35,7%). O encaminhamento para o setor saúde é predominantemente para o ambulatório. Os resultados evidenciam a vulnerabilidade da mulher, sendo o principal alvo das violências interpessoais e a maior parte das agressões acontece no âmbito domiciliar por agressores conhecidos. A implantação do VIVA tem permitido revelar uma parcela dos casos até então "ocultos" complementando as informações obtidas referentes aos dados de mortalidade e morbidade hospitalar e permitindo um melhor dimensionamento da magnitude de este problema de saúde pública. A violência reflete um contexto social determinante. O sistema de saúde tem a responsabilidade de atuar articuladamente com outros setores na prevenção da violência, assim como, no diagnóstico e tratamento de todos os casos oferecendo assistência integral e resolutiva.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Violência contra a Mulher; Vigilância Epidemiológica.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino	
segundo faixa etária, raça/cor, escolaridade, situação conjugal, portadora de	
deficiência e estado gestacional – Distrito Federal, 2011	19
Tabela 2 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino	
segundo local de ocorrência, zona de ocorrência e zona de residência – Distrito	
Federal, 2011	21
Tabela 3 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino	
segundo tipo de violência, meio de agressão e natureza da lesão corporal – Distrito	
Federal, 2011	22
Tabela 4 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino	
segundo violência de repetição - Distrito Federal, 2011	23
Tabela 5 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino	
segundo número de envolvidos, sexo do provável autor da agressão, relação com a	
vítima e suspeita do uso do álcool do agressor – Distrito Federal, 2011	24
Tabela 6 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino	
segundo evolução do caso, encaminhamento setor saúde e encaminhamento para	
outros setores – Distrito Federal, 2011	25
Tabela 7 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino	
segundo encaminhamento para o setor saúde e tipos de violência- Distrito Federal,	
2011	26
Tabela 8 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino	
segundo regional notificante - Distrito Federal, 2011	27
Tabela 9 – Frequência de casos de violência sexual contra indivíduos do sexo	
feminino segundo tipo de violência sexual e regional notificante - Distrito Federal,	
2011	28
Tabela 10 – Frequência de casos de estupro em indivíduos do sexo feminino	
segundo tipo de penetração e Regional Notificante - Distrito Federal, 2011	29
Tabela 11 – Frequência de casos de estupro com penetração em indivíduos do sexo	
feminino segundo procedimento realizado e Regional Notificante - Distrito	
Federal, 2011	31
Tabela 12 – Frequência de casos de violência sexual contra indivíduos do sexo	
feminino segundo consequência da ocorrência no momento da notificação e Regional Notificante - Distrito Federal, 2011	32
INVENDICE INVENDED - DIMERO FEUELAL ZULL	

LISTA DE SIGLAS

OMS – Organização Mundial da Saúde.

ONU - Organização das Nações Unidas.

VIVA – Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes.

SIH – Sistema de Internações Hospitalares.

PAISM – Programa de Assistência Integral da Saúde da Mulher.

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde.

SUS – Sistema Único de Saúde.

DF – Distrito Federal.

SES-DF – Secretaria de Estado de Saúde.

NEPAV – Núcleo de Estudos e Programa para Acidentes e Violências.

PAV – Programas de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violências.

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

EF – Ensino Fundamental.

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente.

SUMÁRIO

1. Introdução	09
2. Marco teórico	11
2.1. Violência contra a mulher e saúde pública	11
2.2. Magnitude do Problema	14
2.3. Estruturação da vigilância da violência no Brasil e no Distrito Federal	15
3. Objetivos	15
4. Método	16
5. Resultados	17
5.1. Completude da ficha	17
5.2. Características das vítimas e lugar da ocorrência da agressão	18
5.3. Circunstâncias dos casos de violência segundo a natureza da lesão e meio de	
agressão	21
5.4. Características do (s) agressor (es)	23
5.5. Evolução e encaminhamento dos casos	25
5.6. Distribuição dos casos segundo Unidade Regional de Saúde Notificante e	
assistência prestada, no momento da notificação do caso de violência sexual, segu	ndo
tipo, procedimento realizado e consequências	26
6. Discussão	33
7. Recomendações	38
8. Bibliografia	41
9 Anexo	45

VIOLÊNCIA CONTRA VÍTIMAS DO SEXO FEMININO – UMA ANÁLISE DOS DADOS DE VIGILÂNCIA NO DISTRITO FEDERAL EM 2011.

1. Introdução

Episódios de violência assombram a humanidade desde o início dos tempos. A violência pode ser conceituada como um ato falho ou defeito humano; é característica do ser humano e das sociedades (GULLO, 1998). A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como "o uso intencional da força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação" (WHO, 2014). Nos últimos anos, a humanidade passou a ter como foco a busca por políticas a fim de reduzir os números expressivos de violência em todo o mundo. Um exemplo é a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em que reafirma valores essenciais para o desenvolvido das sociedades, como a dignidade, direitos iguais, respeito e liberdade (ONU, 1948).

A violência de gênero é objetivo de estudos de diversos autores. Diante da constituição de muitas sociedades com base na submissão entre os gêneros, a mulher vem conquistando seu espaço ao longo dos anos, a partir de lutas sociais históricas. A proclamação dada pela ONU em 1977 do dia oito de março como Dia Internacional da Mulher, consolida a busca por direitos iguais na sociedade. Os papéis sociais históricos entre homens e mulheres por muitas vezes facilitaram a dominação do masculino sob o feminino. No estudo de Serpa (2010), afirma-se que a cultura patriarcal levou às mulheres uma concepção de submissão, de obediência e de respeito ao sexo masculino (SERPA, 2010).

A persistência e a multiplicidade das formas de expressão dessa violência ao longo da história indicam a importância do tema e a necessidade de se investigar como essa prática interfere no processo de viver, adoecer e morrer de quem as sofre. Assim, a visibilidade do fenômeno da violência contra a mulher, a partir do século XX, foi sintetizada na categoria sociológica conhecida como gênero, amparando tipos de violência decorrentes das relações desiguais entre os gêneros (LUCENA *et al.*; 2012).

Entretanto, apesar da violência não ser um tema exclusivo da área de saúde, ele a afeta pelos danos físicos e psicológicos que ocasiona.

Com o movimento feminista, tanto o Estado, quanto a sociedade foram alertados sobre a violência praticada contra a mulher, e, assim, várias conquistas ao logo do século XX foram surgindo para atender aos anseios desse movimento, mas foi na década de 1960 que o movimento feminista se estruturou, promovendo um impacto na sociedade e dando visibilidade a violência doméstica (SOUZA, 2009). O revigoramento do movimento feminista traz para o debate público, entre outros aspectos, a sexualidade e o uso do corpo das mulheres, reivindicando ao Estado, por meio de suas políticas públicas, a questão da violência sexual contra as mulheres (TAVARES, 2000). Em 1975, a ONU promulga o ano internacional da mulher e em 1979 é criada a Comissão Violência contra a mulher, no Rio de Janeiro, pautada na onda de homicídios contra mulheres (TAVARES, 2000).

Segundo estudo realizado entre os anos de 2000 e 2003 pela OMS em vários países, no qual foram abordados temas como a saúde da mulher e a violência doméstica contra a mulher, proporcionou uma análise sobre o contexto das violências praticadas pelo parceiro íntimo e violências sexuais, focando em realidades de baixa e média renda. O estudo analisou relatos de mais de 24.000 mulheres com idades entre 15 e 49 anos, em áreas rurais e urbanas, em 10 países. Os resultados revelaram que entre 1 e 21% das entrevistadas relataram abuso sexual infantil antes dos 15 anos de idade; o abuso físico praticado por um parceiro em algum momento na vida até os 49 anos de idade foi relatado por 13-61% das entrevistadas em todos os locais do estudo; a violência sexual praticada por um parceiro em algum momento na vida até os 49 anos de idade foi relatado por 6-59% das entrevistadas; e a violência sexual praticada por um não parceiro a qualquer momento após os 15 anos e até os 49 anos de idade foi relatada por 0,3-11,5% das entrevistadas (GARCIA-MORENO *et al.*, 2005; GARCIA-MORENO *et al.*, 2006).

No Brasil também revelou-se a vulnerabilidade de indivíduos femininos nas ocorrências de violências notificadas. A partir dos dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA/Sinan) de 2009 e 2010, foram notificados 113.770 casos em que 66,6% (75.633) foram mulheres, evidenciando a magnitude de casos para as vítimas do sexo feminino em todo o país. Os tipos de violências mais praticados foram a

física (61,7%), seguida da psicológica/moral (31,6%) e sexual (24,2%). Observando outros anos, em 2008 foram 8.766 notificações, sendo 71,1% (6.236) vítimas do sexo feminino. Os tipos de violência mais notificados também foram a física, psicológica/moral e sexual.

Devido à alta frequência da violência contra a mulher e às limitadas informações referente ao acompanhamento das vítimas para um tratamento específico, percebemos a magnitude do problema e as inúmeras consequências à saúde física e mental das mulheres. Além de perdas potenciais no campo do desenvolvimento pessoal, social e afetiva. Devido ao impacto que traz a violência contra a mulher, é de grande relevância evidenciar e discutir o potencial do setor saúde frente às mulheres vítimas de violência. Considerando que esta violência é evitável e um problema de saúde pública, devemos saber realmente a proporção desta violência silenciada e analisar a resposta do setor saúde, partindo do pressuposto que a vigilância em saúde é a base para análise e discussão do problema.

2. Marco teórico

2.1. Violência contra a mulher e saúde pública

A submissão da mulher pode ser designada frente às relações desiguais de sexo relatadas historicamente no mundo inteiro. Essa submissão, além de ter sido reconhecida e aceita por muitos anos, é principalmente praticada nas relações familiares, ou seja, pelo parceiro íntimo. Podemos caracterizar essa submissão como uma violência, seja pelo emprego da força física ou pela opressão psicológica e sociológica, causando interferências na saúde da mulher, promovendo traumas, marcas e agravos que dificultam sua experiência de viver a igualdade humana e social plenamente (OMS, 2012).

Segundo Minayo e Souza (1998), devido a sua complexidade, a violência não é um agravo específico e exclusivo da saúde, pelo contrário, o setor saúde é mais um setor que trabalha em busca de solucionar consequências acarretadas pela violência, como os "agravos físicos e emocionais" gerados em suas vítimas. (MINAYO; SOUZA, 1998). Os tipos de violências imputados contra a mulher são muitos, como a violência física,

psicológica, sexual, patrimonial e moral. A violência contra a mulher, não está restrita ao lugar, raça, idade ou condição social (MARTELLI, 2008).

Foi a partir de várias inquietações e mobilizações tanto do setor policial quanto jurídico, que em 1983 criou-se o Programa de Assistência Integral da Saúde da Mulher (PAISM), pelo Ministério da Saúde, fazendo surgir em 1985 as Delegacias de Defesa da Mulher diante de uma demanda formada. Em 1986 foi criado, em Brasília, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), tornando a década de 1980 um importante período de implantação das políticas públicas voltadas às reivindicações das mulheres (CRUZ, 2002).

Logo após, na década de 1990, o setor saúde entra neste contexto com demandas de implantação, na rede pública, de serviços assistenciais às mulheres vítimas de violência. Como reconhece a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS),

"a violência doméstica, pelo número de vítimas e magnitude de sequelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu em um problema de Saúde Pública em vários países onde foi possível perceber uma real mudança nas relações de gênero, com a igualdade de direitos" (TAVARES, 2000).

Em 1999, a *Norma Técnica para Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes*, do Ministério da Saúde, lança as bases operacionais da política de atendimento a mulheres e adolescentes que sofreram violência sexual, estimulando a criação, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de serviços de atendimento às mulheres violentadas e redes de referência que facilitem o acesso das mulheres a estes equipamentos (BRASIL, 1999).

Na violência de gênero, encontra-se o emprego da força física, da submissão e da opressão. Nessa perspectiva, a violência praticada contra a mulher assume um enfoque diferenciado, uma vez que é praticada por um agressor que compartilha relações íntimas com a vítima, resultando em danos à saúde física e mental pela violação da dignidade humana em sua integridade. É produzida sob certo domínio masculino nas relações sociais entre os sexos, historicamente delimitadas, cultivadas e culturalmente legitimadas. Enquanto a violência urbana se apresenta pela mortalidade principalmente de homens, a violência contra a mulher se destaca com maior

prevalência de casos quanto à morbidade da violência. Poucos casos fatais chegam a ser explorados, mesmo com evidências de estudos realizados nessa perspectiva salientando o grande número de casos de óbitos de pessoas do sexo feminino ocorridos em domicílio onde o principal agressor é o parceiro íntimo da vítima (SCHRAIBER *et al*, 2009).

As consequências da violência sofrida pela mulher materializam-se em agravos biológicos, psicológicos, morais e sociais, sendo as principais formas de violência contra esse grupo agressões interpessoais ou assédios frequentes, que podem ser sexual, físico ou emocional (LUCENA *et al*, 2012).

A mulher apresenta problemas e necessidades singulares de saúde, diferentes das necessidades dos demais grupos específicos que compõem a esfera social. Segundo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a vulnerabilidade feminina frente a certos agravos está mais relacionada com as questões de gênero - como a sua situação de discriminação na sociedade - do que com fatores biológicos (LUCENA *et al*, 2012).

A violência sexual traz consequências graves para a mulher, seja no aspecto físico, psicológico, risco de gravidez, seja pelas sequelas emocionais que podem desencadear um processo de consumo de drogas, prostituição e episódios de depressão. Notificar os casos de violência sexual contra as mulheres ainda é um desafio e as razões podem estar atribuídas ao medo de exposição, a falta de informação e de conhecimento da legislação, favorecendo a subnotificação de casos (MONTEIRO *et al*, 2006).

Segundo Heise *et al* (2002), a mulher que já está sofrendo de forma física, psicológica e social, decorrentes da violência sexual, ao pedir ajuda, seja no âmbito da justiça, seja no âmbito da saúde, muitas vezes está sujeita a ser submetida a outras violências: do preconceito, do julgamento e da intolerância. Estes aspectos dificultam que se conheça a prevalência desse tipo de violência na população, pois muitas mulheres não denunciam os agressores e a violência sofrida, nem procuram a assistência necessária.

2.2. Magnitude do Problema

A violência contra a mulher apresenta dados alarmantes em todo o mundo. A OMS realizou um estudo sobre a violência doméstica contra a mulher em dez países com uma amostra de mais de 24.000 mulheres, no ano de 2002, em que foi constatado, por exemplo, que a primeira experiência sexual para algumas mulheres foi forçada em 24% na zona rural do Peru, 28% na Tanzânia, 30% na área rural de Bangladesh e 40% na África do Sul. (OMS, 2005). A violência contra mulher tem como principal agressor o parceiro íntimo em todo o mundo, ocorrendo mortalidade em alguns casos mais graves. Outro estudo da OMS em 2002 mostrou que alguns países 40 a 70% das mulheres assassinadas foram por parceiros íntimos (KRUG, 2002).

Num estudo brasileiro sobre violência, na análise de gênero, o ano de 2012 registrou 4,5 mil homicídios em que as vítimas eram do sexo feminino. O estudo mostrou ainda dados entre o período de 1980 a 2011, em que foram assassinadas 96.612 mulheres, chamando atenção para o século XXI, em que morreram praticamente a metade desse total contabilizado (BRASIL, 2013a). O Brasil está no 12ª lugar na classificação mundial de homicídios de mulheres, sendo que a cada duas horas uma mulher é assassinada no país (WAISELFISZ, 2010). Segundo Reichenheim *et al.*, a violência representa a sexta causa de internação, sendo que a violência doméstica representa alta prevalência dentre essas causas (REICHENHEIM *et al.*, 2011).

A morbidade da violência no Brasil vem sendo notificada desde 2006 pelo Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) do Ministério da Saúde. Nos últimos anos, nos registros de violência doméstica, entre 2009 e 2010, foram notificados 39.976 e 73.794 casos, respectivamente. Considerando a soma de casos notificados nesses dois anos (113.770 no total, com 113.643 de notificações válidas), 75.633 (66,6%) foram vítimas do sexo feminino.

No caso da morbidade hospitalar, registrada no Sistema de Informações Hospitalares (SIH), nos anos de 2008 e 2009 foram internadas por causas externas 53.094 pessoas do sexo feminino, em todo o Brasil. Observando esses anos separadamente, o SIH notificou 26.809 e 26.285, respectivamente.

2.3. Estruturação da vigilância da violência no Brasil e no Distrito Federal

No Brasil, um sistema de vigilância auxilia na investigação de violência contra a mulher, implementado pelo Ministério da Saúde em 2006. O VIVA consolida um processo de implantação da vigilância contínua, com a proposta de organizar, integrar e sistematizar as informações oriundas das notificações de violências doméstica, sexual e outras violências, como as autoprovocadas e interpessoais contra criança, adolescente, mulher e pessoa idosa registradas em uma única ficha de notificação (BRASIL, 2013b). A vigilância possibilita explorar a dimensão deste problema, a partir de informações das quais se tinham poucos ou nenhum registro. A partir dos dados e informações gerados pela vigilância, é possível dimensionar o problema e subsidiar o desenvolvimento de ações visando a atenção integral e humanizada as mulheres vítimas de violência.

No Distrito Federal (DF), a Secretaria de Estado de Saúde (SES-DF) em 2006, através do Núcleo de Estudos e Programa para Acidentes e Violências (NEPAV), elaborou um formulário para serem coletadas as informações através dos Programas de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violências (PAV) presente em cada uma das quinze regionais de saúde existentes no DF. Em 2009 foi implantada, pelo Ministério da Saúde, a Ficha de notificação/investigação individual violência doméstica, sexual e/ou outras violências a qual é preenchida pelos profissionais da saúde ou pelo PAV e digitada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). A violência doméstica, sexual e/ou outras violências compõe a lista de agravos de notificação compulsória em todo o território nacional, estabelecida na Portaria nº104 de 25 de janeiro de 2011, do Ministério da Saúde.

A ficha de notificação para violência doméstica, sexual e outras violências é dividida em onze blocos: dados gerais, dados da pessoa atendida, dados de residência, dados da ocorrência, violência sexual, dados do provável autor da agressão, em caso de violência sexual, evolução e encaminhamento.

3. Objetivos

Este estudo se propõe a descrever as características das vítimas do sexo feminino de violência doméstica, sexual e/ou outras violências e as circunstâncias de ocorrências notificadas no VIVA componente contínuo, no Distrito Federal no ano de 2011.

Objetivos Específicos:

- Identificar a completude dos dados da ficha de notificação de violências doméstica, sexual e outras violências;
- Determinar a frequência dos tipos de violências segundo características da vítima do sexo feminino (faixa etária, raça/cor, escolaridade), lugar da ocorrência incluindo Unidade Regional de Saúde Notificante;
- Descrever as circunstâncias dos casos de violência contra mulheres segundo a natureza da lesão e meio de agressão;
- Descrever as características do (s) agressor (es);
- Descrever a evolução e encaminhamentos dos casos;
- Explorar a assistência prestada, no momento da notificação do caso de violência sexual, segundo tipo, procedimento realizado e consequências.

4. Método

Trata-se de estudo epidemiológico descritivo, tipo série de casos de violências contra a mulher notificados no VIVA contínuo no ano de 2011 no Distrito Federal. O banco de dados do Sinan foi obtido através de colaboração e parceria com a SES-DF, permitindo a exploração de todos os campos da ficha de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências, preenchidos pelos profissionais de saúde atuantes nas unidades de saúde da rede pública do DF.

No marco teórico foi feito um levantamento bibliográfico nas bases de dados oficiais, como Biblioteca Virtual em Saúde, Scielo e PubMed. Foram utilizados para a busca os seguintes descritores: violência; violência doméstica; violência contra a mulher; saúde pública; gênero; violência e saúde; causas externas; vigilância epidemiológica.

Incluíram-se na análise de dados as seguintes varáveis: para a vítima - idade, raça/cor, escolaridade, situação conjugal, se era gestante, se era portador de alguma deficiência; para a caracterização da violência - local de ocorrência, se era recorrente, tipos de violência, meios de agressão, natureza da lesão corporal; para as características

do agressor - sexo, relação com a vítima, suspeita de uso de álcool; e quanto ao fechamento do caso - evolução e encaminhamento do caso. Todas as variáveis foram analisadas segundo o local de residência da vítima, dentro do DF.

Para a variável correspondente ao autor da agressão no âmbito domiciliar foram agregados os seguintes campos: pai, mãe, padrasto, madrasta, conjugue, filho, irmão e/ou cuidador possibilitando a análise da proporção desses vínculos em comparação com outros agressores.

Em alguns campos da ficha de notificação, as variáveis permitiam mais de uma opção de preenchimento, o que elevou o número total esperado. Por exemplo, o número total dos diferentes tipos de violências sofridas pelo total de casos notificados. No que diz respeito aos casos de violência sexual, essas diferenças são bem presentes. Portanto, denominadores diferentes foram utilizados nas proporções de algumas variáveis específicas. Nos tipos de violência sexual o denominador foi o total de casos de violência sexual. No campo referente ao tipo de penetração o denominador foi o total de casos de estupro. Para os procedimentos realizados o denominador pertinente foi o total de tipos de penetrações. E para as consequências da ocorrência no momento da notificação, a porcentagem foi feita utilizando o número absoluto do total de tipos de violência sexual notificados como o denominador.

Foi avaliada, ainda, a completude da ficha de notificação calculando o percentual de campos em branco e/ou ignorados (Anexo A).

Toda a análise do banco foi feita utilizando as ferramentas TabWin versão 3.6 e Microsoft Excel 2010. Quanto aos aspectos éticos, foi preservada a confidencialidade das informações referentes aos dados pessoais das vítimas, como nomes, endereços ou qualquer outra fonte de identificação pessoal.

5. Resultados

5.1. Completude da ficha

A ficha de notificação/investigação individual de violência doméstica, sexual e/ou outras violências é dividida em campos obrigatórios e não obrigatórios. Nos obrigatórios encontram-se as seguintes variáveis: número da ficha, data da notificação, UF de notificação, município de notificação, unidade de saúde de notificação, data da

ocorrência da violência, nome do paciente, idade, sexo, gestante, UF de residência, município de residência.

Nos campos não obrigatórios destacam-se grande parte dos campos a serem preenchidos: raça/cor, escolaridade, número do cartão do SUS, nome da mãe, distrito, bairro, logradouro, número, complemento, zona de residência, país, ocupação, situação conjugal/Estado civil, relações sexuais, deficiência/transtorno, UF de ocorrência, município de ocorrência, zona de ocorrência, local de ocorrência, violência de repetição, lesão autoprovocada, tipo de violência, meio de agressão, tipo de violência sexual, tipo de penetração, procedimento realizado, consequências da ocorrência detectadas no momento da notificação, natureza da lesão, parte do corpo atingida, número de envolvidos, vínculo/grau de parentesco, sexo do provável autor da agressão, suspeita de uso de álcool, encaminhamento no setor saúde, encaminhamento para outros setores, violência relacionada ao trabalho, circunstância da lesão, classificação final, evolução do caso, data de encerramento.

A completude da ficha diz respeito ao atributo de qualidade de dados, feito a partir dos campos marcados como ignorado ou em branco (CDC, 2001). Para os campos não obrigatórios observa-se um alto percentual de casos marcados como ignorado ou em branco, destacando-se os seguintes: raça/cor com 67,4%; escolaridade com 60,1%; situação conjugal com 26,8%; gestantes com 35,7%; zona de ocorrência com 21,6%; sexo do provável autor da agressão com 29,4%; suspeita de uso de álcool com 52,8%; evolução do caso com 34,6%; encaminhamento para o setor saúde com 27,2%.

5.2 Características das vítimas e lugar da ocorrência da agressão

Analisando os dados gerais da distribuição dos casos de violência, tomando como base as informações contidas na ficha de notificação e os registros do VIVA, em 2011 foram notificados 1.793 casos em todo o Distrito Federal, dos quais 63% (1.130) foram vítimas do sexo feminino.

Na caracterização da vítima de violência, apresentada na tabela 1, se verifica que o grupo de adolescentes se destaca (entre 10 a 19 anos de idade), com 31,8% das notificações, seguido da faixa etária entre 20 a 29 anos de idade, com 20% das notificações. Destaca-se, entretanto que um 22,4% das vítimas tinham idades entre os 0 e 9 anos. A raça/cor mais declarada foi parda (20,4%). A escolaridade apresentou

17,4% para casos de "não se aplica", 18,3% cursaram até o Ensino Fundamental incompleto e 23,3% das vítimas não completaram o ensino médio. No que diz respeito à situação conjugal, a maioria referiu ser solteira (29,9%), em 25,1% não aplica e 14,9% afirmaram serem casadas ou viverem em união consensual. Um total de 5,6% das vítimas informou ser portadoras de algum tipo de deficiência ou transtorno, sendo que dentre essas vítimas a deficiência física foi a mais frequente (23,4%). Cinquenta e sete mulheres (5%) estavam grávidas no momento da violência.

Tabela 1 — Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino segundo faixa etária, raça/cor, escolaridade, situação conjugal, portadora de deficiência e estado gestacional — Distrito Federal, 2011.

N	Caractarização do vítimo	Fem	inino
1-4 anos 101 8,9 5-9 anos 97 8,5 10-14 anos 203 17,9 15-19 anos 157 13,8 20-29 anos 236 20,8 30-39 anos 143 12,6 40-49 anos 68 6,0 50-59 anos 30 2,6 60-69 anos 17 1,5 70-79 anos 13 1,1 80 anos e mais 9 0,8 Total 1130 100,0 Raça/cor Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1a 4 a série incompleta do EF 64 5,6 4a série completa do EF 64 5,6 4a série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Médio incompleto </th <th>Caracterização da vítima</th> <th>N</th> <th>%</th>	Caracterização da vítima	N	%
5-9 anos 97 8,5 10-14 anos 203 17,9 15-19 anos 157 13,8 20-29 anos 236 20,8 30-39 anos 143 12,6 40-49 anos 68 6,0 50-59 anos 30 2,6 60-69 anos 17 1,5 70-79 anos 13 1,1 80 anos e mais 9 0,8 Total 1130 100,0 Raça/cor Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1* a 4* série incompleta do EF 64 5,6 4* série completa do EF 26 2,3 5* a 8* série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensin	<1 Ano	56	4,9
10-14 anos 203 17,9 15-19 anos 157 13,8 20-29 anos 236 20,8 30-39 anos 143 12,6 40-49 anos 68 6,0 50-59 anos 30 2,6 60-69 anos 17 1,5 70-79 anos 13 1,1 80 anos e mais 9 0,8 Total 1130 100,0 Raça/cor Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1a a 4a série incompleta do EF 64 5,6 4a série completa do EF 26 2,3 5a a 8a série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3	1-4 anos	101	8,9
15-19 anos 157 13,8 20-29 anos 236 20,8 30-39 anos 143 12,6 40-49 anos 68 6,0 50-59 anos 30 2,6 60-69 anos 17 1,5 70-79 anos 13 1,1 80 anos e mais 9 0,8 Total 1130 100,0 Raça/cor Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1a a 4a série incompleta do EF 64 5,6 4a série completa do EF 26 2,3 5a a 8a série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 </td <td>5-9 anos</td> <td>97</td> <td>8,5</td>	5-9 anos	97	8,5
20-29 anos 236 20,8 30-39 anos 143 12,6 40-49 anos 68 6,0 50-59 anos 30 2,6 60-69 anos 17 1,5 70-79 anos 13 1,1 80 anos e mais 9 0,8 Total 1130 100,0 Raça/cor Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 2 20,4 Analfabeto 4 0,3 1a a 4a série incompleta do EF 64 5,6 4a série completa do EF 26 2,3 5a a 8a série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 32 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo	10-14 anos	203	17,9
30-39 anos 143 12,6 40-49 anos 68 6,0 50-59 anos 30 2,6 60-69 anos 17 1,5 70-79 anos 13 1,1 80 anos e mais 9 0,8 Total 1130 100,0 Raça/cor Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1a a 4a série incompleta do EF 64 5,6 4a série completa do EF 26 2,3 5a a 8a série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 </td <td>15-19 anos</td> <td>157</td> <td>13,8</td>	15-19 anos	157	13,8
40-49 anos 68 6,0 50-59 anos 30 2,6 60-69 anos 17 1,5 70-79 anos 13 1,1 80 anos e mais 9 0,8 Total 1130 100,0 Raça/cor Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1a a 4a série incompleta do EF 64 5,6 4a série completa do EF 26 2,3 5a a 8a série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197	20-29 anos	236	20,8
50-59 anos 30 2,6 60-69 anos 17 1,5 70-79 anos 13 1,1 80 anos e mais 9 0,8 Total 1130 100,0 Raça/cor Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1a a 4a série incompleta do EF 64 5,6 4a série completa do EF 26 2,3 5a a 8a série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco	30-39 anos	143	12,6
60-69 anos 17 1,5 70-79 anos 13 1,1 80 anos e mais 9 0,8 Total 1130 100,0 Raça/cor Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1a a 4a série incompleta do EF 64 5,6 4a série completa do EF 26 2,3 5a a 8a série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco 616 54,5	40-49 anos	68	6,0
70-79 anos 13 1,1 80 anos e mais 9 0,8 Total 1130 100,0 Raça/cor Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade Analfabeto 4 0,3 1ª a 4ª série incompleta do EF 64 5,6 4ª série completa do EF 26 2,3 5ª a 8ª série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco 616 54,5	50-59 anos	30	2,6
80 anos e mais 9 0,8 Total 1130 100,0 Raça/cor Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1ª a 4ª série incompleta do EF 64 5,6 4ª série completa do EF 26 2,3 5ª a 8ª série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco 616 54,5	60-69 anos	17	1,5
Total 1130 100,0 Raça/cor Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1° a 4° série incompleta do EF 64 5,6 4° série completa do EF 26 2,3 5° a 8° série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco 616 54,5	70-79 anos	13	1,1
Raça/cor Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1ª a 4ª série incompleta do EF 64 5,6 4ª série completa do EF 26 2,3 5ª a 8ª série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco 616 54,5	80 anos e mais	9	0,8
Branca 183 16,1 Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1ª a 4ª série incompleta do EF 64 5,6 4ª série completa do EF 26 2,3 5ª a 8ª série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco 616 54,5	Total	1130	100,0
Preta 47 4,1 Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade Analfabeto 4 0,3 1ª a 4ª série incompleta do EF 64 5,6 4ª série completa do EF 26 2,3 5ª a 8ª série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco 616 54,5	Raça/cor		
Amarela 6 0,5 Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade Analfabeto 4 0,3 1ª a 4ª série incompleta do EF 64 5,6 4ª série completa do EF 26 2,3 5ª a 8ª série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco 616 54,5	Branca	183	16,1
Parda 231 20,4 Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade Analfabeto 4 0,3 1ª a 4ª série incompleta do EF 64 5,6 4ª série completa do EF 26 2,3 5ª a 8ª série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco 616 54,5	Preta	47	4,1
Ignorado/ Branco 663 58,6 Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1ª a 4ª série incompleta do EF 64 5,6 4ª série completa do EF 26 2,3 5ª a 8ª série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco 616 54,5	Amarela	6	0,5
Total 1130 100,0 Escolaridade 4 0,3 Analfabeto 4 0,3 1ª a 4ª série incompleta do EF 64 5,6 4ª série completa do EF 26 2,3 5ª a 8ª série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 22 1,9 Ensino Médio incompleto 34 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco 616 54,5	Parda	231	20,4
EscolaridadeAnalfabeto40,31ª a 4ª série incompleta do EF645,64ª série completa do EF262,35ª a 8ª série incompleta do EF11310,0Ensino Fundamental completo221,9Ensino Médio incompleto343,0Ensino Médio completo383,3Educação superior incompleta131,1Educação superior completa30,2Não se aplica19717,4Ignorado/ Branco61654,5	Ignorado/ Branco	663	58,6
Analfabeto 1 a 4 a série incompleta do EF 4 5,6 4 série completa do EF 2 6 2,3 5 a 8 série incompleta do EF 113 10,0 Ensino Fundamental completo 2 2 1,9 Ensino Médio incompleto 3 3,0 Ensino Médio completo 38 3,3 Educação superior incompleta 13 1,1 Educação superior completa 3 0,2 Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco 616 54,5	Total	1130	100,0
1ª a 4ª série incompleta do EF645,64ª série completa do EF262,35ª a 8ª série incompleta do EF11310,0Ensino Fundamental completo221,9Ensino Médio incompleto343,0Ensino Médio completo383,3Educação superior incompleta131,1Educação superior completa30,2Não se aplica19717,4Ignorado/ Branco61654,5	Escolaridade		
4ª série completa do EF262,35ª a 8ª série incompleta do EF11310,0Ensino Fundamental completo221,9Ensino Médio incompleto343,0Ensino Médio completo383,3Educação superior incompleta131,1Educação superior completa30,2Não se aplica19717,4Ignorado/ Branco61654,5		4	0,3
4ª série completa do EF262,35ª a 8ª série incompleta do EF11310,0Ensino Fundamental completo221,9Ensino Médio incompleto343,0Ensino Médio completo383,3Educação superior incompleta131,1Educação superior completa30,2Não se aplica19717,4Ignorado/ Branco61654,5	1 ^a a 4 ^a série incompleta do EF	64	5,6
Ensino Fundamental completo221,9Ensino Médio incompleto343,0Ensino Médio completo383,3Educação superior incompleta131,1Educação superior completa30,2Não se aplica19717,4Ignorado/ Branco61654,5		26	2,3
Ensino Médio incompleto343,0Ensino Médio completo383,3Educação superior incompleta131,1Educação superior completa30,2Não se aplica19717,4Ignorado/ Branco61654,5	5 ^a a 8 ^a série incompleta do EF	113	10,0
Ensino Médio completo383,3Educação superior incompleta131,1Educação superior completa30,2Não se aplica19717,4Ignorado/ Branco61654,5	Ensino Fundamental completo	22	1,9
Educação superior incompleta131,1Educação superior completa30,2Não se aplica19717,4Ignorado/ Branco61654,5	Ensino Médio incompleto	34	3,0
Educação superior completa30,2Não se aplica19717,4Ignorado/ Branco61654,5	Ensino Médio completo	38	3,3
Não se aplica19717,4Ignorado/ Branco61654,5	Educação superior incompleta	13	1,1
Não se aplica 197 17,4 Ignorado/ Branco 616 54,5	Educação superior completa	3	0,2
		197	17,4
	Ignorado/ Branco	616	54,5
Total 1130 100,0	Total	1130	100,0

Tabela 1 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino segundo faixa etária, raça/cor, escolaridade, situação conjugal, portadora de deficiência e estado gestacional – Distrito Federal, 2011 (**Continuação**)

Company of the second	Fem	inino
Caracterização da vítima	N	%
Situação conjugal		
Solteiro	338	29,9
Casado/União consensual	169	14,9
Viúvo	11	0,9
Separado	29	2,5
Não se aplica	284	25,1
Ignorado/ Branco	299	26,4
Total	1130	100,0
Deficiência/Transtorno	64	5,6
Física*	15	23,4
Mental*	13	20,3
Visual*	8	12,5
Auditiva*	8	0,7
Transtorno mental*	12	18,7
Transtorno comportamental*	10	15,6
Outra deficiência*	5	7,8
Gestante		
1° Trimestre**	14	24,5
2° Trimestre**	24	42,1
3° Trimestre**	14	24,5
Idade gestacional Ign.**	5	8,7
Total	57	5,0

^{*}A porcentagem para deficientes foi feita com base nos que referiram ter deficiência (57).

Nota: Ensino Fundamental (EF).

O local mais frequente de ocorrência da violência foi a residência (46,3%), seguido pela via pública (14,4%). Os "não classificados" destacam-se com 28,9% das notificações. A zona de ocorrência e residência mostra que as violências ocorrem, na sua maioria, no meio urbano (Tabela 2).

^{**}Para as mulheres grávidas, as porcentagens utilizadas foram referentes ao total de gestantes.

Tabela 2 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino segundo local de ocorrência, zona de ocorrência e zona de residência – Distrito Federal, 2011.

Caracterização de legal de egrecção	Fe	Feminino			
Caracterização do local da agressão	N	%			
Local de ocorrência					
Residência	524	46,3			
Habitação Coletiva	11	0,9			
Escola	12	1,0			
Local de prática esportiva	3	0,2			
Bar ou Similar	10	0,8			
Via pública	163	14,4			
Comércio/Serviços	12	1,0			
Indústrias/construção	2	0,1			
Outros	66	5,8			
Não classificados	327	28,9			
Ignorado/Branco	0	0			
Total	1130	100,0			
Zona de ocorrência					
Urbana	817	72,3			
Rural	49	4,3			
Periurbana	19	1,6			
Ignorado/Branco	245	21,6			
Total	1130	100,0			
Zona de residência					
Urbana	951	84,1			
Rural	46	4,0			
Periurbana	21	1,8			
Ignorado/Branco	112	9,9			
Total	1130	100,0			

^{*}Total com relação ao total de casos notificados.

5.3. Circunstâncias dos casos de violência segundo a natureza da lesão e meio de agressão

Na tabela 3 são apresentadas as características referentes à tipologia da violência, meios de agressão e natureza das lesões. Quanto à tipologia da violência verifica-se que a maioria das vítimas sofreram violência física (54,6%), seguida pela violência de tipo sexual (38,4%), psicológica/moral (29,2%) e negligência/abandono (13,8%). O principal meio de agressão foi a força corporal/espancamento (43,8%), seguida pela ameaça (15,8%). Quanto à natureza da lesão, 41,8% dos casos foram "não classificados", 13,1% "não se aplica", e quando somadas as categorias contusão e coorte/perfuração/laceração representam 22,8%.

Tabela 3 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino segundo tipo de violência, meio de agressão e natureza da lesão corporal – Distrito Federal, 2011.

	Fem	Feminino			
Características da violência	n	%			
Tipo de Violência					
Física	617	54,6			
Psicológica/moral	330	29,2			
Tortura	65	5,7			
Sexual	434	38,4			
Financeira/Econômica	24	2,1			
Negligência/abandono	156	13,8			
Trabalho Infantil	4	0,3			
Intervenção Legal	4	0,3			
Outras violências	54	4,7			
Total*	1688	149,3			
Meio de agressão		,			
Força corporal/espancamento	495	43,8			
Enforcamento/sufocação	37	3,2			
Objeto contundente	30	2,6			
Objeto pérfuro-cortante	98	8,6			
Substância/Objeto quente	12	1,0			
Envenenamento	49	4,3			
Arma de fogo	48	4,2			
Ameaça	179	15,8			
Outra Agressão	104	9,2			
Sem dado	78	6,9			
Total	1130	100,0			
Natureza da Lesão Corporal					
Contusão	128	11,3			
Coorte/perfuração/laceração	130	11,5			
Entorse/luxação	36	3,1			
Fratura	14	1,2			
Amputação	2	0,1			
Traumatismo dentário	2	0,1			
Traumatismo crânio encefálico	35	3,1			
Poliotraumatismo	10	0,8			
Intoxicação	60	5,3			
Queimadura	14	1,2			
Outros	78	6,9			
Não se aplica	148	13,1			
Não classificados	473	41,8			
Total	1130	100,0			

^{*}Total e % superior ao número de casos devido a questões de múltipla escolha.

Dentre 1688 tipos de violências notificados, 437 (25,8%) casos foram classificados pelas vítimas como violência de repetição, em que a violência física, a psicológica/moral e a sexual representam juntas 83,5% dessas notificações (Tabela 4).

Tabela 4 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino segundo violência de repetição - Distrito Federal, 2011.

Tipo de Violência -	S	im	N	lão	Ign/I	Branco	To	tal
Tipo de Violencia	n	%	n	%	n	%	n	%
Física	118	27,0	236	41,3	263	38,6	617	36,5
Psicológica/Moral	125	28,6	93	16,2	112	16,4	330	19,5
Tortura	12	2,7	37	6,4	16	2,3	65	3,8
Sexual	122	27,9	169	29,6	143	21,0	434	25,7
Tráfico de Seres Humanos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Financeira/Econômica	9	2,0	4	0,7	11	1,6	24	1,4
Negligência/Abandono	38	8,7	21	3,6	97	14,2	156	9,2
Trabalho Infantil	1	0,2	0	0,0	3	0,4	4	0,2
Intervenção Legal	3	0,6	0	0,0	1	0,1	4	0,2
Outra Violência	9	2,0	11	1,9	34	5,0	54	3,2
Total	437	25,8	571	33,8	680	40,2	1688	100,0

^{*} Não corresponde a 100%, pois trata se de uma questão de múltipla escolha.

5.4 Características do (s) agressor (es)

Com relação às características do provável agressor, observa-se que na maioria dos casos trata-se de um único agressor (62%) e do sexo masculino (56,5%). Quanto à relação do agressor com a vítima, grande parte foi agredida no âmbito domiciliar (35,7%). Em 19% houve suspeita de uso de álcool pelo agressor no momento da agressão (Tabela 5).

Na análise dos dados correspondentes ao âmbito domiciliar, nota-se que o pai e a mãe foram os agressores em 16,9% dos casos e o cônjuge em 8,1%.

Tabela 5 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino segundo número de envolvidos, sexo do provável autor da agressão, relação com a vítima e suspeita do uso do álcool do agressor – Distrito Federal, 2011.

G4	Fe	Feminino				
Caracterização do agressor	n	%				
Número de envolvidos						
Um	701	62,0				
Dois ou mais	132	11,6				
Ignorado/Branco	297	26,2				
Total	1130	100,0				
Sexo do provável autor da agre	essão					
Masculino	639	56,5				
Feminino	137	12,1				
Ambos os sexos	21	1,8				
Ignorado/Branco	333	29,4				
Total	1130	100,0				
Relação com a vítima						
Âmbito domiciliar	404	35,7				
Pai	82	7,2				
Mãe	110	9,7				
Padrasto	37	3,2				
Madrasta	6	0,5				
Cônjuge	92	8,1				
Filho (a)	25	2,2				
Irmão	35	3,1				
Cuidador (a)	17	1,5				
Ex Cônjuge	22	1,9				
Namorado (a)	33	2,9				
Ex Namorado (a)	10	0,8				
Amigos/Conhecidos	106	9,3				
Desconhecido	193	17,0				
Patrão/Chefe	1	0,0				
Pessoa com Rel. Inst.	10	0,8				
Policial Agente da Lei	3	0,2				
Própria Pessoa	30	2,6				
Outros Vínculos	116	10,2				
Ignorado/Branco	202	17,8				
Total	1130	100,0				
Suspeita de uso de álcool		*				
Sim	216	19,1				
Não	317	28,0				
Ignorado/Branco	597	52,8				
Total	1130	100,0				

^{*}Total com relação ao total de casos notificados.

^{*}Âmbito domiciliar: pai, mãe, padrasto, madrasta, filho, irmão e cuidador.

5.5. Evolução e encaminhamento dos casos

A evolução do caso foi a alta em 63,8% dos casos. O ambulatório foi o principal encaminhamento dentro do setor saúde (57%). Destaca-se que 10% das vítimas requereram internação hospitalar. No encaminhamento para outros setores, 34,6% foram encaminhados para o Conselho Tutelar, seguida da Delegacia Especializada da Mulher (10,3%) (Tabela 6).

Tabela 6 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino segundo evolução do caso, encaminhamento setor saúde e encaminhamento para outros setores – Distrito Federal, 2011.

Caracterização da evolução e	Feminino		
encaminhamento	n	%	
Evolução do caso			
Alta	722	63,8	
Evasão/fuga	12	1,0	
Óbito por violência	4	0,3	
Óbito por outras causas	1	0,1	
Ignorado/Branco	391	34,6	
Total	48	4,2	
Encaminhamento Setor Saúde			
Encaminhamento Ambulatorial	645	57,0	
Internação Hospitalar	120	10,6	
Não se aplica	57	5,0	
Ignorado/Branco	308	27,2	
Total	1130	100,0	
Encaminhamento para outros setores			
Conselho Tutelar	392	34,6	
Vara da Infância e Juventude	59	5,2	
Casa de Abrigo	2	0,1	
Programa Sentinela	21	1,8	
Delegacia Especializada da Mulher	117	10,3	
Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente	96	8,5	
Outras Delegacias	180	15,9	
Ministério Público	15	1,3	
Centro de Referência da Mulher	36	3,1	
CRAS	180	15,9	
IML	160	14,1	
Outros Setores	143	12,6	
Total	1401	123,9	

^{*} Não corresponde a 100%, pois trata se de uma questão de múltipla escolha.

Já na tabela 7 apresentam-se os dados de encaminhamento segundo os tipos de violência e ressalva-se que os dados ignorados/branco representaram 22,4% dos casos e os "não se aplica", 4,8%. Os casos com ocorrência de violência física levaram ao encaminhamento ambulatorial em 21,8%, em quanto que para a violência sexual e a psicológica/moral forma encaminhados ao ambulatório em 17,5% e 13,4% dos casos, respectivamente. A violência física também foi a causa mais importante para o encaminhamento para a internação hospitalar em 3,9% dos casos seguido da violência sexual (1,8%).

Tabela 7 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino segundo encaminhamento para o setor saúde e tipos de violência- Distrito Federal, 2011.

Tipo de Violência	Ign/Branco		Encaminhamento Ambulatorial		Internação Hospitalar		Não se aplica		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Física	157	9,3	368	21,8	66	3,9	26	1,5	617	36,5
Psicológica/Moral	57	3,3	227	13,4	28	1,6	18	1,0	330	19,5
Tortura	10	0,5	46	2,7	8	0,4	1	0,0	65	3,8
Sexual	84	4,9	296	17,5	31	1,8	23	1,3	434	25,7
Tráfico de Seres Humanos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Financeira/Econômica	5	0,3	14	0,8	3	0,1	2	0,1	24	1,4
Negligência/Abandono	51	3,0	70	4,1	26	1,5	9	0,5	156	9,2
Trabalho Infantil	1	0,0	2	0,1	1	0,0	0	0,0	4	0,2
Intervenção Legal	0	0,0	2	0,1	1	0,0	1	0,0	4	0,2
Outra Violência	14	0,8	25	1,4	13	0,7	2	0,1	54	3,2
Total	379	22,4	1050	62,2	177	10,4	82	4,8	1688	100,0

^{*} Não corresponde a 100% dos casos notificados, pois trata-se de uma questão de múltipla escolha.

5.6. Distribuição dos casos segundo Unidade Regional de Saúde Notificante e assistência prestada, no momento da notificação do caso de violência sexual, segundo tipo, procedimento realizado e consequências

Quanto à regional de saúde notificante, a regional do Gama notificou 28,3%, e as regionais Paranoá, Taguatinga, Norte e Ceilândia notificaram com frequência semelhante (entre 9 e 14%), totalizando 48,8% do total dos casos. Algumas regionais apresentam proporções de notificação inferiores a 1% (Tabela 8).

Tabela 8 – Frequência de casos de violência contra indivíduos do sexo feminino segundo regional notificante - Distrito Federal, 2011.

Regional Notificante	n	%
Regional do Gama	320	28,3
Regional do Paranoá	159	14,0
Regional de Taguatinga	154	13,6
Regional Norte	126	11,1
Regional Ceilândia	113	10,0
Regional Sul	67	5,9
Regional de São Sebastião	54	4,7
Regional de Samambaia	48	4,2
Regional de Sobradinho	37	3,2
Regional do Guará	21	1,8
Regional de Planaltina	19	1,6
Regional do Núcleo Bandeirante	2	0,1
Regional de Santa Maria	1	0,1
Regional do Recanto das Emas	0	0,0
Regional de Brazlândia	0	0,0
Ignorado/Branco	0	0,0
Não classificados	9	0,8
Total	1130	100,0

^{*}Total com relação ao total de casos notificados.

O estupro representa o tipo predominante na violência sexual (56,2%). As regionais que mais notificaram casos de estupro foram: Ceilândia, Gama, Samambaia, Taguatinga e Paranoá (Tabela 9).

Dentre as vítimas que sofrem violência sexual (434), 68,4% (297) sofreram estupro, e, usando como denominador o número total de estupro, 118,8% (353) referiram algum tipo de penetração, dentre os tipos apresentados na ficha. Este fato indica que algumas vítimas de estupro tiveram mais de um tipo de penetração no mesmo caso de violência sexual. A penetração vaginal representa o caso mais frequente relacionada à tipologia de violência sexual, com 239 casos dentre os 353 tipos notificados (67%). Ceilândia notificou a maioria dos casos (14.4%), seguida das regionais de Taguatinga, Gama, Paranoá e Samambaia que notificaram cada uma, em média, 6% (Tabela 10).

Tabela 9 – Frequência de casos de violência sexual contra indivíduos do sexo feminino segundo tipo de violência sexual e regional notificante - Distrito Federal, 2011.

	Tipo de Violência Sexual								
Regional Notificante	Assédio Sexual		Estupro	Atentado Violento ao Pudor	Pornografia Infantil	Exploração Sexual	Outras Viol.	Total	
Regional	n	12	51	11	0	1	2	77	
Ceilândia	%	2,7	11,7	2,5	0	0,2	0,4	17,7	
Regional Paranoá	n	15	24	6	1	2	1	49	
Regional Faranoa	%	3,4	5,5	1,3	0,2	0,4	0,2	11,2	
Regional	n	8	26	5	1	1	1	42	
Samambaia	%	1,8	5,9	1,1	0,2	0,2	0,2	9,6	
Dagional Como	n	6	26	6	1	2	0	41	
Regional Gama	%	1,3	5,9	1,3	0,2	0,4	0	9,4	
Regional	n	8	24	4	0	0	2	38	
Taguatinga	%	1,8	5,5	0,9	0	0	0,4	8,7	
Regional São	n	6	7	8	4	2	2	29	
Sebastião	%	1,3	1,6	1,8	0,9	0,4	0,4	6,6	
Regional	n	7	15	3	0	2	1	28	
Planaltina	%	1,6	3,4	0,6	0	0,4	0,2	6,4	
Regional Recanto	n	6	12	2	2	5	0	27	
das Emas	%	1,3	2,7	0,4	0,4	1,1	0	6,2	
Regional Santa	n	5	12	2	2	1	1	23	
Maria	%	1,1	2,7	0,4	0,4	0,2	0,2	5,3	
Regional	n	7	8	6	0	1	1	23	
Sobradinho	%	1,6	1,8	1,3	0	0,2	0,2	5,3	
Dagional Norta	n	2	9	3	0	0	0	14	
Regional Norte	%	0,4	2,0	0,6	0	0	0	3,2	
D 1 C	n	2	5	0	0	2	0	9	
Regional Guará	%	0,4	1,1	0	0	0,4	0	2,0	
Regional Núcleo	n	3	3	0	1	0	0	7	
Bandeirante	%	0,6	0,6	0	0,2	0	0	1,6	
Regional	n	3	3	0	0	0	0	6	
Brazlândia	%	0,6	0,6	0	0	0	0	1,3	
D ' 1 C1	n	1	3	0	0	0	0	4	
Regional Sul	%	0,2	0,6	0	0	0	0	0,9	
Eur langue :	n	17	69	10	4	3	8	111	
Em branco	%	3,9	15,9	2,3	0,9	0,6	1,8	25,5	
Total	n	108	297	66	16	22	19	528	

^{*}Denominador utilizado: total de casos de violência sexual (tabela 7).

Tabela 10 – Frequência de casos de estupro em indivíduos do sexo feminino segundo tipo de penetração e Regional Notificante - Distrito Federal, 2011.

D ' 1 NJ . 4 ' C'	Tipo d	T-4-1			
Regional Notificat	nte –	Oral	Anal	Vaginal	Total
Ceilândia	n	14	7	43	64
Cenandia	%	4,7	2,3	14,4	21,5
Taguatinga	n	6	5	20	31
Taguatinga	%	2,0	1,6	6,7	10,4
Paranoá	n	5	3	19	27
1 aranoa	%	1,6	1,0	6,4	9,0
Samambaia	n	2	5	18	25
Samamoara	%	0,6	1,6	6,0	8,4
Gama	n	1	2	19	22
Gama	%	0,3	0,6	6,4	7,4
Recanto das Emas	n	4	3	11	18
Recallo das Ellias	%	1,3	1,0	3,7	6,0
Planaltina	n	2	2	11	15
1 Idilaltilla	%	0,6	0,6	3,7	5,0
Santa Maria	n	1	1	9	11
Santa Maria	%	0,3	0,3	3,0	3,7
Sobradinho	n	2	4	5	11
Sobradillio	%	0,6	1,3	1,6	3,7
Guará	n	2	0	5	7
Guara	%	0,6	0,0	1,6	2,3
Norte	n	1	0	5	6
None	%	0,3	0,0	1,6	2,0
Sul	n	1	0	4	5
Sui	%	0,3	0,0	1,3	1,6
São Sebastião	n	3	0	2	5
Sao Sebastiao	%	1,0	0,0	0,6	1,6
	n	0	0	3	3
Núcleo Bandeirante	%	0,0	0,0	1,0	1,0
Brazlândia	n	0	0	2	2
Diazianaia	%	0,0	0,0	0,6	0,6
Em Branco	n	24	14	63	101
Lin Dianeo	%	8,0	4,7	21,2	34,0
Total	n	68	46	239	353

^{*}Não corresponde a 100%, pois trata se de uma questão de múltipla escolha. Nota: O denominador utilizado foi o total de casos de estupro (297).

Analisando os procedimentos realizados nas vítimas de violências sexuais caracterizadas como estupro, dentre os 353 casos com penetração foram realizados 885 procedimentos, representando 250,7%. Destaca-se a assistência prestada pela regional Santa Maria que realizou mais de 518% de procedimentos para os 11 casos de estupro

notificados. Nota-se que o total de procedimentos realizados passou dos 100%, demonstrando que para alguns casos foram realizados mais de um procedimento. Observando os procedimentos, a profilaxia para DST, HIV e hepatite B; a coleta de sangue e contracepção de emergência somaram 796, representando 89,9% do total (Tabela 11).

Observando as regionais, muitos procedimentos foram realizados, porém nota-se na grande parte das regionais que em alguns casos de estupro a realização do procedimento não foi possível durante o atendimento à vítima de violência. Na Ceilândia, por exemplo, dos 64 casos de estupro, apenas 38 (59,3%) realizaram a profilaxia de DST. Na regional do Paranoá, dos 27 casos de estupro apenas 12 (44,4%) realizaram profilaxia contra Hepatite B. Poucas regionais conseguiram realizar os procedimentos em todos os casos de estupro, segundo a Tabela 11: o Guará realizou 100% de profilaxia de DST, 114,2% de coleta de sangue e 85,7% de profilaxia de HIV e contra Hepatite B; Santa Maria também atingiu porcentagens próximas dos 100% para os mesmos procedimentos citados anteriormente.

O estresse pós-traumático representa a consequência mais comum decorrente da violência sexual na maioria das regionais, representando 39,7% das consequências registradas. A identificação dessas consequências é detectada no momento da notificação do caso. O transtorno comportamental soma 27% do total de casos. Quanto às regionais, a Ceilândia segue as características já mencionadas para os casos de violência sexual, com o registro de 13,8% das consequências. Dentre os que sofreram algum tipo de violência sexual (434), 74,1% tiveram algum tipo de consequências no momento da notificação (Tabela 12).

Tabela 11 – Frequência de casos de estupro com penetração em indivíduos do sexo feminino segundo procedimento realizado e Regional Notificante – Distrito Federal, 2011.

Regional	Procedimento Realizado										
Notificante (casos de estupro)	Profilaxia DST		Profilaxia HIV	Profilaxia Hepatite B	Coleta Sangue	Coleta Sêmen	Coleta Secreção Vaginal	Contracepção emergência	Aborto ¹	Total ²	
Sul (5)	n	2	2	2	2	0	0	1	0	9	
Sul (5)	%	40,0	40,0	40,0	40,0	0,0	0,0	20,0	0,0	180,0	
Norte (6)	n	4	4	4	2	1	1	4	0	20	
Notic (0)	%	66,6	66,6	66,6	33,3	16,6	16,6	66,6	0,0	333,3	
Brazlândia	n	1	1	1	1	0	1	1	0	6	
(2)	%	50,0	50,0	50,0	50,0	0,0	50,0	50,0	0,0	300,0	
Ceilândia	n	38	33	17	17	2	7	21	1	136	
(64)	%	59,3	51,5	26,5	26,5	3,1	10,9	32,8	1,5	212,5	
Gama (22)	n	11	11	11	11	4	8	10	0	66	
Gama (22)	%	50,0	50,0	50,0	50,0	18,1	36,3	45,4	0,0	300,0	
Guará (7)	n	7	6	6	8	2	2	3	1	35	
Guara (1)	%	100,0	85,7	85,7	114,2	28,5	28,5	13,6	14,2	500,0	
Núcleo			1	1	1	0	0	1	0	6	
Bandeirante (3)	%	66,6	33,3	33,3	33,3	0,0	0,0	33,3	0,0	200,0	
Paranoá	n	12	11	12	7	1	1	7	0	51	
(27)	%	44,4	40,7	44,4	25,9	3,7	3,7	25,9	0,0	188,8	
Planaltina (15)	n	9	7	9	9	0	0	7	0	41	
	%	60,0	46,6	60,0	60,0	0,0	0,0	46,6	0,0	273,3	
Recanto das	n	8	8	8	8	1	2	5	0	40	
Emas (18)	%	44,4	44,4	44,4	44,4	5,5	11,1	27,7	0,0	222,2	
Samambaia	n	14	13	12	11	4	4	8	0	66	
(25)	%	56,0	52,0	48,0	44,0	16,0	16,0	32,0	0,0	264,0	
Santa Maria	n	11	12	11	10	2	4	7	0	57	
(11)	%	100,0	109,0	100,0	90,9	18,1	36,3	63,6	0,0	518,1	
São	n	1	0	1	2	0	0	0	0	4	
Sebastião (5)	%	20,0	0,0	20,0	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	80,0	
Sobradinho	n	3	3	3	3	0	1	1	0	14	
(11)	%	27,2	27,2	27,2	27,2	0,0	9,0	9,0	0,0	127,2	
Taguatinga (31)	n	20	11	14	12	1	1	9	0	68	
	%	64,5	35,4	45,1	38,7	3,2	3,2	29,0	0,0	219,3	
Em	n	51	49	47	42	13	18	40	6	266	
Branco**	%	5,7	5,5	5,3	4,7	1,4	2,0	4,5	0,6	30,0	
Total		194	172	159	146	31	50	125	8	885	

^{*}Não corresponde a 100%, pois trata se de uma questão de múltipla escolha. O denominador utilizado foi o total de tipo de penetração (tabela 10), que encontra-se entre parênteses ao lado de cada regional.

^{**}Na porcentagem do campo "em branco" foi utilizado o total de procedimentos realizados.

¹Aborto previsto em lei.

²Total de procedimentos realizados.

Tabela 12 – Frequência de casos de violência sexual contra indivíduos do sexo feminino segundo consequência da ocorrência no momento da notificação e Regional Notificante - Distrito Federal, 2011.

		Consequências da ocorrência detectada no momento da notificação									
Regional Notificante			Gravidez	DST Tentativa de Suicídio		Transtorno Mental	Transtorno Compor- tamental	Estresse Pós- Traumático	Outras Conse- quências	- Total	
Ceilândia	n	1	8	0	2	2	13	27	7	60	
Cenandia	%	0,2	1,8	0,0	0,4	0,4	3,0	6,2	1,6	13,8	
Taguatinga	n	1	0	0	0	0	11	13	2	27	
Taguatinga	%	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	3,0	0,4	6,2	
Samambaia	n	0	3	0	0	2	6	13	2	26	
Samambara	%	0,0	0,6	0,0	0,0	0,4	1,3	3,0	0,4	5,9	
Domonoś	n	1	3	0	0	1	9	10	1	25	
Paranoá	%	0,2	0,6	0,0	0,0	0,2	2,0	2,3	0,2	5,7	
São	n	0	1	0	1	1	4	8	10	25	
Sebastião	%	0,0	0,2	0,0	0,2	0,2	0,9	1,8	2,3	5,7	
Como	n	0	6	1	3	1	3	5	4	23	
Gama	%	0,0	1,3	0,2	0,6	0,2	0,6	1,1	0,9	5,3	
Recanto das	n	0	0	0	2	2	4	7	0	15	
Emas	%	0,0	0,0	0,0	0,4	0,4	0,9	1,6	0,0	3,4	
Canta Maria	n	0	1	0	1	1	4	5	1	13	
Santa Maria	%	0,0	0,2	0,0	0,2	0,2	0,9	1,1	0,2	3,0	
Cabuadinha	n	0	0	2	0	1	5	5	0	13	
Sobradinho	%	0,0	0,0	0,4	0,0	0,2	1,1	1,1	0,0	3,0	
Monto	n	0	0	0	0	1	4	7	1	13	
Norte	%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,9	1,6	0,2	3,0	
Cuaná	n	1	1	0	2	1	4	2	1	12	
Guará	%	0,2	0,2	0,0	0,4	0,2	0,9	0,4	0,2	2,7	
Dlanaltina	n	1	1	0	0	1	4	2	0	9	
Planaltina	%	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	0,9	0,4	0,0	2,0	
Núcleo	n	0	0	0	0	1	2	2	1	6	
Bandeirante	%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,4	0,2	1,3	
Sul	n	0	0	0	1	0	1	1	0	3	
	%	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,2	0,0	0,6	
Brazlândia	n	0	0	0	0	0	0	2	0	2	
	%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,4	
Em Branco	n	1	4	2	4	3	13	19	4	50	
	%	0,2	0,9	0,4	0,9	0,6	3,0	4,3	0,9	11,5	
Total	n	6	28	5	16	18	87	128	34	322	

^{*}Não corresponde a 100%, pois trata se de uma questão de múltipla escolha. O denominador utilizado foi o total de tipo de violência sexual (tabela 7).

6. Discussão

A análise das notificações de violência, registradas em 2011, permitiu identificar que as vítimas femininas se destacam dentre o total de casos notificados, principalmente na faixa etária jovem e adulta, de raça/cor parda, com escolaridade de quinta a oitava série incompletos e solteiras. O lugar de ocorrência da violência, na maioria dos casos, foi na residência. Esse perfil se assemelha com os casos de violência de outros municípios do Brasil, segundo dados do VIVA contínuo 2009 e 2010 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2013b). O tipo de violência contra a mulher mais notificado tanto no DF quanto em outras cidades brasileiras foi a violência física. No DF, no entanto, a segunda mais notificada foi a sexual, seguida da psicológica/moral; no Brasil essa sequência é invertida. O principal meio de agressão foi a força corporal/espancamento. No DF, a natureza da lesão destacou-se os casos "não classificados", no entanto entre aqueles que se obteve informação predominou coorte/perfuração/laceração seguido, com proporção próxima de casos, a contusão. Na análise nacional, a natureza da lesão apresentou maior proporção para casos de contusão, chamando atenção também para os dados nacionais alto número de casos sem informação (BRASIL, 2013b).

Caracterizando o provável autor da agressão destaca-se que na maioria só houve um envolvido, do sexo masculino, principalmente pessoas dentro do âmbito familiar. Todas estas características do DF estão de acordo com os dados apresentados pelo VIVA referente a outras cidades do Brasil. No geral, verifica-se que as características tanto das vítimas quanto do agressor se assemelham quando comparados com algumas capitais do Brasil. Também observa-se que as variáveis raça/cor e escolaridade apresentam grande proporção de ignorado/em branco.

Com relação à assistência, a evolução do caso segue os dados nacionais, com evolução de alta na maioria dos casos. No encaminhamento para outros setores, destaca-se o Conselho Tutelar e a Delegacia Especializada da Mulher. Esses dados evidenciam a fragilidade dos grupos vulneráveis, como mulheres e crianças, no âmbito domiciliar. Na análise nacional, a variável "encaminhamento setor saúde" não foi abordada, mas no DF chama a atenção a alta porcentagem de casos que requereram a internação hospitalar, demostrando a gravidade de alguns dos casos notificados.

Observando o contexto familiar, os dados mostram fragilidade dos grupos mais vulneráveis, em que a agressão está oculta aos olhos da lei. Seguindo as evidências de estudos anteriores, as mulheres e crianças são os principais alvos das agressões. Os conflitos familiares prejudicam a relação de todos os envolvidos afetando a saúde e bem estar não só da vítima. A proximidade com o agressor agrava as possíveis consequências emocionais das famílias.

As análises feitas com base nos casos de violência sexual evidenciam o despreparo para o cuidado com as vítimas femininas dessa violência, já que poucos são os casos em que são realizados procedimentos no momento da notificação, por exemplo. Um grande problema para a realização de procedimentos é falta de oportunidade que o serviço de saúde tem para o atendimento à vítima de violência, considerando que alguns procedimentos como profilaxia DST/HIV e Hepatite B devem ser feitos até 72 horas após a ocorrência da violência (DF, 2008). Por falta de informação, vergonha e até mesmo medo, algumas vítimas retardam a ida aos serviços de saúde, dificultando a realização dos procedimentos no momento da notificação. Nesses casos faltam parâmetros para comparação em nível nacional, já que o VIVA não faz esse tipo de estudo específicos dos dados em suas publicações nacionais. Chama-se atenção para a importância desse tipo de observação na ocorrência de violência sexual, devido às suas devastadoras consequências para algumas vítimas.

No Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do DF, é indicado para os profissionais de saúde, no caso de violência sexual contra a mulher, os seguintes procedimentos:

"realizar a anamnese; fazer exame clínico e ginecológico; até 72 horas após a ocorrência da violência sexual, iniciar profilaxia das DST/AIDS, Hepatite B e de gravidez (quando necessário); orientar a paciente no sentido de comparecer à Delegacia de Polícia para registrar ocorrência e encaminhá-la para o exame pericial do IML; se for o caso, orientar para fazer ocorrência de acidente de trabalho; fazer orientações necessárias; encaminhar para o Centro de Saúde referência em DST/AIDS mais próximo da residência ou trabalho, a fim de adquirir o restante das medicações anti-retrovirais, preservativos e fazer acompanhamento com médico (ginecologista,

clínico ou infectologista); encaminhar, para acompanhamento social e psicológico" (DF, 2008).

A vigilância deve estar atenta no desenvolvimento do seu trabalho para identificar os possíveis baixos percentuais de notificações e buscando o tempo "oportuno" na realização de procedimentos no momento da ocorrência da notificação de cada caso de violência sexual.

É importante destacar as limitações apresentadas pelos dados extraídos do VIVA/Sinan. Casos não notificados, preenchimento incompleto de algumas variáveis e até mesmo o não preenchimento dificultam a atuação eficaz da vigilância da violência. Algumas variáveis merecem atenção especial devido às suas particularidades, como tipo de penetração e a profilaxia em caso de violência sexual. Para tanto, a Ficha de Notificação/Investigação de casos de Violência doméstica, sexual e outras violências do Sinan é um instrumento importante na obtenção desses dados. Seus 71 campos de preenchimentos são detalhistas e sua importância deve ser clara aos profissionais que notificaram e investigam os casos. A vigilância epidemiológica da violência no país depende desses dados.

Diversos mecanismos legais foram criados para amparar as vítimas dessas violências, tanto em âmbito judicial quanto na área da saúde. Destaca-se o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que instaurou a doutrina da proteção integral, a partir de 1990, trazendo a concepção educativa em lugar da punitiva (MORELLI, 2000). Além da Lei Maria da Penha, em 2006, que criminaliza a violência doméstica contra a mulher. No DF, a Secretaria de Estado da Mulher foi criada em 2011, por meio do Decreto nº 32.716/2011, com a missão de "defender e ampliar os direitos da mulher, por meio da formulação, implementação e integração de políticas públicas, na perspectiva da emancipação e transformação social", evidenciando a necessidade intersetorial no combate à violência contra a mulher. Na saúde, apesar das violências domésticas, sexuais e/ou outras violências integrarem a lista das notificações compulsórias, o acompanhamento desses eventos envolve questões para além dessas áreas. As relações sociais e afetivas são marcadas, além de uma série de consequências como possíveis quadros depressivos, ansiedade excessiva, estresse, distúrbios alimentares e de sono, impulsividade, desconfiança, maior chance de gravidez de risco, instabilidade emocional, transtornos de personalidade além de incapacidade de afeto nas relações de maternidade e paternidade.

Mesmo que ainda não exista um mecanismo capaz de desvendar a totalidade do problema, principalmente nos aspectos de morbidade, observa-se um avanço na sociedade e nos serviços para detectar esses casos, auxiliando na investigação. Violência contra a criança traz consequências irreparáveis para a sua vida, segundo Gondim (2011), "a perda da segurança na casa/família constitui profunda ameaça ao desenvolvimento infanto-juvenil".

Observando a violência sexual por gênero, esse tipo de violência atinge principalmente mulheres, de diferentes classes sociais, etnias, religiões, idades e com níveis de escolaridade diversos. Em 2002, a OMS, mediante o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, definiu a violência sexual contra a mulher como um dos problemas da saúde de prevalência e incidência importantes e alertou para a insuficiência de estudos, dados e informações que permitam estimar a dimensão e extensão do problema (OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2007).

Dentre os tipos de violência, a sexual é um dos tipos mais hediondos de violência, além de violar os direitos humanos, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos. Todos sabem de sua existência, porém a discussão sobre esse tema ainda é bastante marginalizada e superficial. É um problema que impacta diretamente na saúde, exigindo de tal maneira maior atenção social para que as políticas públicas sejam eficazes no apoio às vítimas desse tipo de violência. A violência sexual contra a mulher ocorre principalmente por uma demonstração extrema de poder do homem sobre as mulheres, sendo também uma forma de agressão ou competição entre homens, em que se disputa a "posse" da mulher. Como exemplo disso, temos fatos históricos em que estupros ocorriam em guerras como símbolo de conquista e de barbárie que circunda este tipo de situação (OLIVEIRA, 2007).

As representações sociais sobre a violência sexual cometida contra a mulher encontram-se associadas às ideias de sofrimento, distúrbio do comportamento e relação sexual forçada. Algumas das explicações dadas para a ocorrência desse tipo de violência referem-se às relações de gênero, à violência urbana e à imputação de culpa à mulher. Visto a magnitude da violência sexual, é necessária uma intervenção profissional capaz de recriar representações sociais fixadas na autonomia feminina e na garantia de direitos. Sua prevenção requer ações que sejam capazes de impactar favoravelmente a realidade vivida pela população feminina de maneira eficiente (CAVALCANTI; GOMES; MINAYO, 2006).

Reforça-se as consequências trazidas por esse tipo de violência contra a mulher nas palavras de outros autores, como Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), em que esse tipo de violência, em especial, afeta desde as relações sociais, como comportamentos, vida profissional e a saúde psicológica, trazendo diversos reflexos da violência como prejuízo da qualidade de vida. Ainda segundo esses autores, essa violência acarreta "passividade, vergonha, decepção, culpa e sofrimento", todos esses elementos dificultam a reação dessa mulher agredida. Além disso, uma possível relação de proximidade entre agressor e vítima dificulta ainda mais uma abordagem de defesa a favor dessa vítima e o enfretamento da situação de violência.

A grande urbanização e industrialização geraram problemas sociais complexos, com exclusão social de uma parcela da população já marginalizada, influenciando ainda mais o surgimento de conflitos urbanos com atenção especial para o contexto familiar. No contexto familiar a intervenção preventiva contra a violência é ainda mais complicada, fazendo desse local um ambiente favorável para a ocorrência de maus tratos e diversos tipos de violência, principalmente em contextos de descontrole e de agressividade (ALVES; COURA-FILHO, 2001).

Outra dificuldade é na comunicação entre os diversos serviços públicos prestados para proteção da vítima feminina de violência, sendo mais um problema a ser enfrentado, segundo resultados da pesquisa feita por Alves e Coura-Filho (2001), em Belo Horizonte (MG), como na falta de divulgação de resultados e na análise superficial de estudos realizados sobre violências.

A violência como um problema de saúde pública vem sendo pautas das discussões entre diversos países junto a OMS desde 2002, quando lançou o primeiro relatório mundial sobre violência e saúde. Segundo a OMS, 1,3 milhões de pessoas, por anos, em todo o mundo perde a vida para violência (WHO, 2002). A OMS reconhece que os sistemas de saúde por vezes não são capazes de atender eventos de violências como é recomendável internacionalmente e dar respostas rápidas e multissetoriais. Evidencia ainda a fragilidade da mulher, em que uma em cada três mulheres, em todo mundo, experimentam ao menos uma vez na vida violência física e/ou sexual, dessa forma a cooperação internacional entre os governos é essencial para o enfrentamento da violência (WHO, 2014).

7. Recomendações

O VIVA é um sistema de vigilância de violência e acidentes inovador e traz novas perspectivas no enfrentamento da violência dentro do contexto da saúde pública. O Brasil, a partir de ações do Ministério da Saúde e estudos realizados no País, está inovando na vigilância desse agravo, trazendo dados atuais desse problema que afeta a população brasileira e mundial todos os dias. O País está avançando na busca por medidas que proteja e previna vítimas de violência em diversos tipos, mas sabe-se que esse problema traz em si um nível de complexidade alto.

A vigilância de violência e acidentes ainda exige reparos no seu desenvolvimento. Por exemplo, no preenchimento da ficha de notificação, em que se observa que variáveis correspondentes a campos obrigatórios, como sexo e idade, são bem preenchidas. Já as variáveis classificadas como campos não obrigatórios, como raça, escolaridade e procedimento realizados (violência sexual), apresentam alta proporção nos itens: não classificado, ignorado ou em branco. Além de outros problemas que afetam a qualidade dos dados como duplicidade e inconsistências nas notificações. Deve se atentar para tais fatos em nível local, para melhorar a completude e validade dos dados do âmbito nacional, o que possibilitará o acompanhamento da situação de violência do país. No DF algumas regionais apresentaram nenhum caso de violência, como Recanto das Emas e Brazlândia, à vista disso, as atividades nestas localidades requerem um apoio intenso e rotineiro, como maior sensibilização e preparo dos profissionais de saúde quanto ao agravo violência no atendimento no sistema de saúde.

O sistema de vigilância deve ser alvo de avaliação constante, nas suas atividades realizadas e resultados obtidos, objetivando a detecção de possíveis erros e o melhoramento das ações desenvolvidas. Para Contandriopoulos, *et al* (1997), "avaliar consiste fundamentalmente em fazer um julgamento de valor a respeito de uma intervenção ou sobre qualquer um de seus componentes, com o objetivo de ajudar na tomada de decisões." O processo de avaliativo é complexo e demanda interesse dos atores envolvidos, mas é indispensável para a tomada de decisão e aprimoramento do sistema de vigilância.

No contexto de violência contra a mulher, as vítimas exigem assistência ágil do serviço de saúde e os profissionais devem estar atentos e preocupados com este problema. As possíveis sequelas e consequências que podem perseguir a vítima são irreversíveis.

Assim sendo, a investigação e monitoramento feito pelos profissionais de saúde dos casos de violência, que chegam ao serviço de saúde, prevê uma atenção especial que esse agravo exige. Porém, problemas como a falta de profissionais, baixa capacitação e ambiente inapropriados para os atendimentos são muito presentes e dificultam a construção de um atendimento de qualidade e integral.

A OMS chama atenção para a cooperação entre os governos para o combate da violência em todo o mundo. Algumas recomendações são as seguintes:

criar, implementar e monitorar um plano nacional medidas para prevenir a violência; aumentar a capacidade de coletar dados sobre a violência; definir prioridades e apoio na investigação das causas, consequências, custos e prevenção da violência; promover respostas de prevenção primária; fortalecer respostas às vítimas de violência; integrar a prevenção da violência em políticas sociais e educacionais, e promover a igualdade social entre os sexos; aumentar a colaboração e a troca de informação sobre prevenção de violência; promover e monitorar o cumprimento de tratados internacionais, legislações e outros mecanismos de proteção dos direitos humanos; buscar respostas práticas e consensuais em nível internacional ao tráfico mundial de drogas e armas (WHO, 2002).

O interesse dos governos, das instituições públicas e dos profissionais de saúde são determinantes no desenvolvimento do trabalho de combate e de prevenção da violência doméstica em todo o mundo. A detecção de casos de violência doméstica ainda é um problema para a vigilância, permanecendo desconhecida a ocorrência de alguns casos, dificultando medidas assistenciais e a prevenção de novas agressões. Daí a importância do levantamento de dados feito pelo VIVA, por exemplo, evidenciando casos antes não registrados. A análise desses dados, em comparação com outros programas de vigilância da violência pelo mundo, ajuda no avanço para o combate dessa violência. A 67ª Assembléia Mundial da Saúde, realizada em maio de 2014 pela OMS, aprovou a resolução "Reforçar o papel dos sistemas de saúde na violência, em particular contra as mulheres e adolescentes meninas, e contra criança", evidenciando a preocupação global no enfretamento da violência, destacando a importância de um sistema de saúde fortalecido e sensível para detecção desse agravo (WHO,2014).

Futuras pesquisas, principalmente pesquisas qualitativas, devem ser incentivadas no meio da saúde coletiva, com objetivos de evidenciar a importância do tema e de ações preventivas que devem continuar a serem feitas. Observando ainda a complexidade dos determinantes sociais, como em dados de faixa etária e escolaridade, identificando melhor o perfil das vítimas de violência.

8. Bibliografia

ALVES, ANDRÉA MATIAS; COURA-FILHO, PEDRO. Avaliação das Ações de Atenção às mulheres sob violência no espaço familiar, atendidas no centro de apoio a mulher (Belo Horizonte), entre 1996 e 1998. Ciência & Saúde Coletiva; 6(1):243-257; 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Norma técnica de prevenção e tratamento dos agravos decorrentes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. Brasília, 1999.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 80 do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

BRASIL Distrito Federal. **Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 104 de 25 de janeiro de 2011.** Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Mapa da violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil.** 2013a.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva): 2009, 2010 e 2011.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013b. p.164.

CAVALCANTI, LUDMILA FONTENELE; GOMES, ROMEU; MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA. Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. Cadernos de Saúde Pública; 22(1); 2006.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTIONS. **Updated Guidelines** for Evaluating Public Health Surveillance Systems. MMWR 50 (RR13), 2001.

CONTANDRIOPOULOS, ANDRÉ-PIERRE; et al. A avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

CRUZ, MADGE PORTO. A saúde da mulher em situação de violência: o que pensam os gestores e gestoras municipais do Sistema Único de Saúde. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

FONSECA, DENIRE HOLANDA DA; RIBEIRO, CRISTIANE GALVÃO; LEAL, NOÊMIA SOARES BARBOSA. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais.** Psicologia & Sociedade; 24(2):307-314; 2012.

GARCIA-MORENO, CLAUDIA; et al. WHO Multi-Country study on women's health and domestic violence against women. Geneva, World Health Organization 2005.

GARCIA-MORENO, CLAUDIA; *et al.* Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. Lancet; 368:1260-1269; 2006.

GONDIM, ROBERTA MARINHO FALCÃO; MUNOZ, DANIEL ROMERO; PETRI, VALERIA. Violência contra a criança: indicadores dermatológicos e diagnósticos diferenciais. Anais Brasileiros de Dermatologia; 86(3); 2011.

GULLO, ÁLVARO DE AQUINO E SILVA. **Violência urbana: um problema social.** Tempo Social; 10(1); 1998.

HEISE, LORI; ELLSBERG, MARY; GOTTMOELLER, M. A global overview of gender-based violence. International Journal of Gynecology & Obstetrics; 78(1): S5–14; 2002.

KRUG, ETIENNE G; DAHLBERG, LINDA L; MERCY, JAMES A. **World report on violence and health.** Geneva, World Health Organization, 2002.

LUCENA, KERLE DAYANA TAVARES DE; *et al.* Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. Cadernos de Saúde Pública; 28(6): 1111-1121; 2012.

MARTELLI, ANA LAURA TEIXEIRA. **Violência doméstica: aspectos penais relevantes.** Monografia – Faculdade de Direito de Presidente Prudente, 2008.

MASCARENHAS, MÁRCIO DÊNIS MEDEIROS; *et al.* Violência contra a criança: revelando o perfil dos atendimentos em serviços de emergência, Brasil, 2006 e 2007. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 26(2); 2010.

MINAYO, SOUZA. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. Ciência & saúde coletiva; (11): 1259-1267; 2006.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA; SOUZA, EDINILSA RAMOS DE. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva.** História, Ciências, Saúde: IV(3): 513-531; 1998.

MONTEIRO, CLAUDETE FERREIRA DE SOUZA, *et al.* **A violência contra a mulher atendida em unidade de urgência: uma contribuição da enfermagem.** Escola Anna Nery Revista de Enfermagem; 10(2): 273-279; 2006.

MORELLI, AILTON JOSÉ; SILVESTRE, ELIANA; GOMES, TELMA MARANHO. **Desenho da política dos direitos da criança e do adolescente.** Psicologia em Estudo; 5(1); 2000.

OLIVEIRA, CELIN CAMILO DE; FONSECA, ROSE MARIA GODOY SERPA DA. Práticas dos profissionais das equipes de saúde da família voltadas para as mulheres em situação de violência sexual. Revista da Escola de Enfermagem da Universidade São Paulo; 41(4): 605-612; 2007.

OLIVEIRA, ANNA PAULA GARCIA; CAVALCANTI, VANESSA RIBEIRO SIMON. **Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas.** Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano; 17(1): 39-51; 2007.

OLIVEIRA, ELEONORA MENICUCCI DE. **Violência sexual e saúde. Introdução.** Cadernos de Saúde Pública; 23(2); 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Estudio multipaís de la OMS sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer: primeros resultados sobre prevalencia, eventos relativos a la salud y respuestas de las mujeres a dicha violencia: resumen del informe. 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência documento da OMS "parceiro íntimo". 2012.

REICHENHEIM, MICHAEL EDUARDO; *et al.* Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. Lancet: Saúde no Brasil 5. Publicação Online, 2011. Disponível em:

http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor5.pdf> Acessado em 15 de junho de 2014.

SCHRAIBER, LILIA BLIMA; *et al.* Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. Ciência & Saúde coletiva; 14(4): 1019-1027; 2009.

SERPA, MONISE GOMES. Perspectivas sobre papéis de gênero masculino e feminino: um relato de experiência com mães de meninas vitimizadas. Psicologia & Sociedade; 22(1):14-22, 2010.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal. Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2008.

SOUZA, MARIA CLARICE RODRIGUES DE. **Violência contra mulheres: uma questão de gênero – Montes Claros 1985-1994.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, MG. 2009

TAVARES, DINALVA MENEZES CASTRO. **Violência doméstica: uma questão de saúde pública.** Dissertação (mestrado) — Universidade São Paulo, 2000.

WAISELFISZ, JULIO JACOBO. Mapa da Violência no Brasil: anatomia dos homicídios no Brasil. Instituto Sangari, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Informe mundial sobre la violencia y la salud: resumen.** Washington, D.C.: OPS, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on violence and health.** October 3rd, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Strengthening the role of the health system in addressing violence, in particular against women and girls, and against children. Sixty-Seventh World Health Assembly. 24 May 2014.

9. Anexo A

República Federativa do Brasil

Ministério da Saúde SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO FICHA DE NOTIFICAÇÃO / INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS Definição de caso: Suspeita ou confirmação de violência. Considera-se violência como o uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que résulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002). Atenção: Em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, a notificação deve ser obrigatória e dirigida aos Conselhos Tutelares e/ou autoridades competentes (Juizado da Infância e Juventude e/ou Ministério Público da localidade), de acordo com o art. 13 da Lei no 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Também são considerados de notificação compulsória todos os casos de violência contra a mulher (Decreto-Lei no 5.099 de 03/06/2004, Lei no 10.778/2003) e maus tratos contra a pessoa idosa (artigo 19 da Lei no 10.741/2003). 1 Tipo de Notificação 2 Agravo/doença Código (CID10) 3 Data da notificação VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS Yng Município de notificação Dados Código (IBGE) Código (CNES) 7 Data da ocorrência da violência 6 Unidade de Saúde (ou outra fonte notificadora) 9 Data de nascimento 8 Nome do paciente 12 Gestante Sexo M - Masculino F - Feminino I - Ignorado Raça/Cor 10 (ou) Idade 1-1°Trimestre 4- Idade gest 3-3°Trimestre 5-Não 6- Não se aplica 14 Escolaridade mário ou 1º grau) 2-4º série completa do EF (antigo primário ou 1º grau) 4-Ensino fundamental completo (antigo pinásio ou 1º grau) 5 ducação superior incompleta (antigo colegial ou 2º grau) ducação superior incompleta 8-Educação superior completa 9-Egonardo 10-Não se aplica 3-5" à 8" série incompleta do EF (antigo ginásio ou 1º grau) 6-Ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau) 7-Ed 15 Número do Cartão SUS 16 Nome da mãe 18 Município de Residência Código (IBGE) 19 Distrito 21 Logradouro (rua, avenida,...) 20 Bairro Código Dados de Residência 24 Geo campo 1 23 Complemento (apto., casa, ...) 25 Geo campo 2 26 Ponto de Referência 27 CEP 28 (DDD) Telefone 30 País (se residente fora do Brasil) 29 Zona 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periurbana 9 - Ignorado **Dados Complementares** 31 Ocupação 32 Situação conjugal / Estado civil 33 Relações sexuais 3 - Com homens e mulheres 9 - Ignorado 1 - Só com homens 1 - Solteiro 3 - Viúvo 8 - Não se aplica 2 - Só com mulheres 8 - Não se aplica 2 - Casado/união consensual 4 - Separado 9 - Ignorado 35 Se sim, qual tipo de deficiência /transtorno? 1- Sim 2- Não 8-Não se aplica 9- Ignorado Dados da 34 Possui algum tipo de Outras deficiências/ deficiência/ transtomo? Física Visual Transtorno mental Síndromes Mental 1- Sim 2- Não 9- Ignorado Transtorno de comportamento Auditiva 36 UF 37 Município de ocorrência Código (IBGE) 38 Distrito 40 Logradouro (rua, avenida,...) Código 39 Bairro da Ocorrência 41 Número 42 Complemento (apto., casa, ...) 43 Geo campo 3 44 Geo campo 4 46 Zona 1 - Urbana 2 - Rural 47 Hora da ocorrência 45 Ponto de Referência (00:00 - 23:59 horas) 3 - Periurbana 9 - Ignorado Ocorreu outras vezes? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado 48 Local de ocorrência 07 - Comércio/servicos 01 - Residência 04 - Local de prática esportiva 08 - Indústrias/construção 02 - Habitação coletiva 05 - Bar ou similar 50 A lesão foi autoprovocada? 09 - Outro 03 - Escola 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado 06 - Via pública 99 - Ignorado

SINAN

Tipologia da violência	Tipo de violência 1- Sim 2- Não 9- Ignorado Física Tráfico de seres humanos Fisica Financeira/Econômica Intervenção legal Tortura Negligência/Abandono Outros Trabalho infantil Sexual Trabalho infantil Sim 2- Não 9- Ignorado Força corporal/ Obj. pérfuro-cortante Força corporal/ Obj. pérfuro-cortante Enforcamento Substância/ Obj. quente Outro Out
ias Violência Sexual	Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1- Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9- Ignorado Se ocorreu penetração, qual o tipo? Se ocorreu violência sexual Atentado violento ao pudor Exploração sexual Se ocorreu penetração, qual o tipo? Se ocorreu penetração penetraç
Consequências da violência	Aborto DST Transtorno mental Estresse pós-fraumático Gravidez Tentativa de suicídio Transtorno comportamental Outros
Lesão	10 - Queimadura 10 - Queimadura 10 - Queimadura 10 - Queimadura 10 - Contusão 04 - Fratura 07 - Traumatismo crânio-encefálico 11 - Outros 11 - Outros 12 - Corte/perfuração/laceração 05 - Amputação 08 - Politraumatismo 08 - Politraumatismo 09 - Intoxicação 09 - Ignorado 09 - Ignorado 09 - Ignorado 01 - Cabeça/face 04 - Coluna/medula 07 - Quadril/pelve 10 - Órgãos genitais/ânus 01 - Cabeça/face 04 - Coluna/medula 07 - Quadril/pelve 10 - Órgãos genitais/ânus 02 - Pescoço 05 - Tórax/dorso 08 - Membros superiores 11 - Multiplos órgãos/regiões 09 - Ignorado 09 - Membros inferiores 88 - Não se aplica 09 - Ignorado 09
Dados do provável autor da agressão	03 - Boca/dentes 06 - Abdome 09 - Membros inferiores 88 - Não se aplica 99 - Ignorado 59 Número de envolvidos 1 - Um 2 - Dois ou mais 9 - Ignorado Desconhecido(a)
Evolução e encaminhamento	Encaminhamento no setor saúde 1 - Encaminhamento ambulatorial 2 - Internação hospitalar 8 - Não se aplica 9 - Ignorado 64 Encaminhamento da pessoa atendida para outros setores 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado Conselho Tutelar (Criança/Adolescente) Delegacia de Atendimento à Mulher/DEAM Centro de Referência da Mulher Vara da Infância / Juventude Delegacia de Prot. da Criança e do Adolescente Centro de Referência da Assistência Social/CREAS-CRAS Instituto Médico Legal (IML) Programa Sentinela Ministério Público Outros 65 Violência Relacionada ao Trabalho 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado 66 Se sim, foi emitida a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado 67 Circunstância da Iesão CID 10 - Cap XX 68 Classificação final 1 - Confirmado 2 - Descartado 3 - Provável 8 - Inconclusivo
	Informações complementares e observações
2	do acompanhante Vinculo/grau de parentesco (DDD) Telefone rvações Adicionais:
	Disque-Saúde TELEFONES ÚTEIS Disque-Denúncia - Combate ao Abuso e Central de Atendimento à Mulher Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 180 100
Notificador	Municipio/Unidade de Saúde Cód. da Unid. de Saúde/CNES Nome Função Assinatura